

ANC 84

O atraso de vida de uma economia pujante

Ameaçado de forma persistente por um conjunto de fatores adversos inteiramente estranhos ao processo econômico, como o clima de incerteza criado pelas prodigalidades da Constituinte e a calamitosa crise das finanças governamentais, que nos coloca na fronteira da hiperinflação, o setor privado brasileiro ainda ostenta, para surpresa dos observadores nacionais e estrangeiros, uma saúde invejável. É claro que as coisas não estão bem, mas uma economia que consegue vender no Exterior mais de 18 bilhões de dólares em sete meses seguramente demonstra uma capacidade de resistência fantástica, apesar do declínio dos investimentos e do atraso tecnológico que a médio e longo prazo podem prejudicar esse desempenho.

Na verdade, assim como o extraordinário comportamento das exportações revela a vitalidade do setor privado, que tem feito os maiores esforços para minorar os efeitos da recessão interna, a queda de 25,3% nas importações realizadas no período janeiro-julho (excluindo petróleo e trigo) evidencia o medo dos responsáveis pelas decisões de investimento provocado por um quadro político desanimador. O baixo volume de importações denuncia de forma eloqüente a falta de perspectiva dos empresários diante do descontrole do processo inflacionário e da miopia dos constituintes, que criaram condições para desencorajar a entrada de capital externo no País, oneraram os encargos trabalhistas das empresas de forma proibitiva e mantiveram a absurda reserva de mercado no setor de informática. Isso tudo para não falar na ampliação da área de intervenção do Estado e no brutal aumento dos seus encargos sociais.

Parece natural, portanto, o temor dos empresários do setor privado ao constatarem a impossibilidade de o governo fazer os cortes de gastos necessários para reduzir seu déficit nas proporções requeridas para conter a inflação.

Ainda na semana passada os técnicos da Seplan responsáveis pela elaboração do Orçamento Geral da União para 1989 verificaram, estarrecidos, que as despesas de pessoal deverão atingir um montante equivalente a quase o dobro da receita líquida do Tesouro Nacional.

Como o governo já excluiu "a priori" o fechamento de ministérios e órgãos públicos, e também descartou a demissão de funcionários, tudo indica que — mesmo com a famosa Operação Desmonte que vai representar um corte de 700 bilhões de cruzados, apenas — o déficit público e os encargos da dívida interna permanecerão extremamente elevados em 1988, não obstante as promessas em contrário. Déficit sem controle significa inflação sem controle. Este é o terrível sinal que Brasília está enviando aos dirigentes do setor privado para o ano de 1989.

Conscientes dos perigos do imobilismo político que é a marca do governo Sarney os empresários do setor privado estão procurando olhar além da crise, uma vez que a paralisação dos investimentos ameaça comprometer as exportações brasileiras de manufaturados, as quais não poderão competir por muito tempo com a produção dos países industrializados. Como disse o economista Rudiger Dornbusch, do MIT, os avanços tecnológicos estão eliminando a vantagem do baixo custo da mão-de-obra no Brasil, cuja produção começa a ficar mais cara do que a dos países onde o processo de automação industrial avançou mais.

Assim, se o Brasil não resolver logo o problema da inflação, se não investir na modernização e se não eliminar as barreiras à entrada de novos processos, máquinas e equipamentos, correrá o risco de se argentinizar, voltando a ser, na expressão de Dornbusch, "um humilde exportador de banana". Essa perigosa estagnação dos investimentos já tira o sono há muito tempo dos executivos das empresas nacionais e estrangeiras, que vêm advertindo o governo e os políticos sobre o futuro desastroso que nos espera no campo econômico caso se mantenha essa atmosfera de xenofobia deixada no ar pelas infelizes decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

Uma dessas advertências, muito oportuna por sinal, foi feita na semana passada pelo presidente do comitê de assuntos econômicos da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro, Valmor Bratz, no seminário Brasil Anos 90. Segundo ele, que é executivo da IBM, "a preocupação com os anos 90 surge do fato constatado de que a década de 80 já é considerada perdida, pois após trinta anos de um crescimento médio do PIB brasileiro de 7%, nos anos 80 esta média caiu abaixo de 4%. Não podemos perder a década de 90 por causa de uma conjuntura imediata adversa".

O perigo que nos ameaça, como bem resumiu o presidente da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro, Gilberto Prado, falando no mesmo seminário, é entrarmos por uma rota de isolamento econômico que frustrará a absorção de tecnologia e nos conduzirá a um modelo autárquico do qual estão se afastando até as nações de economia planificada.

Naturalmente, não são apenas os executivos ligados a empresas multinacionais que têm procurado alertar os brasileiros sobre a urgente necessidade de promover uma efetiva abertura da economia. Até o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), outrora um reduto de arraigados nacionalistas, acaba de divulgar um importante estudo no qual conclui que a atuação das empresas multinacionais tem sido altamente benéfica para a economia brasileira. Entre 1978 e 1986, segundo esse estudo, num período reconhecidamente difícil para o nosso balanço de pagamentos, essas empresas deixaram um saldo positivo de 27,3 bilhões de dólares.

Para nós, que sempre compreendemos a importância do investimento estrangeiro, o estudo do BNDES é muito importante nesse momento em que os dinossauros da Assembléia Nacional Constituinte estão aprovando um projeto constitucional que traz o ranço do nacionalismo dos anos 50, demonstrando que ignoram o problema número um do Brasil: o estado de miséria em que vive pelo menos 1/3 da população, que somente poderá ser superado num prazo razoável mediante um processo de enriquecimento rápido e não com os entraves à expansão da economia que esses políticos incompetentes teimam em impor.

Não temos dúvida de que a indigência cultural desses políticos e o seu vício de lutar pelo poder apenas para desfrutar as suas vantagens são os principais obstáculos que nos separam da superação da pobreza absoluta e do ingresso definitivo no grupo dos países plenamente desenvolvidos, pois já temos as condições objetivas para atingir essa meta, isto é, uma economia de grande dimensão com um setor privado vigoroso e recursos humanos iguais aos melhores do mundo, exceção feita aos nossos lamentáveis quadros políticos. Mas não devemos perder a esperança. Se não há perspectiva de melhorar esses quadros num prazo razoável, há maneiras de anular o mal que eles fazem ao País, como sugere o exemplo de Portugal, onde uma constituição inteiramente divorciada da realidade de um país que se prepara para entrar no MCE está sendo transformada em mero documento para estudo dos historiadores...

1988 JORNAL DA TARDE